

CUT arma defesa dos itens pró-trabalhador

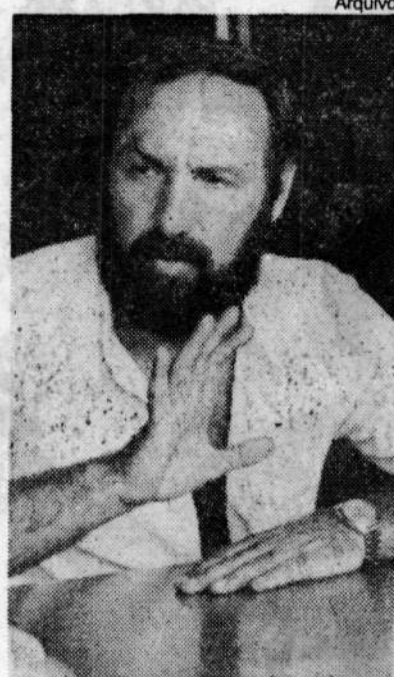
Arquivo

SÃO PAULO — A CUT (Central Única dos Trabalhadores) vai procurar os constituintes para tentar convencê-los a não derrubar as conquistas dos trabalhadores no segundo turno de votação da nova Carta. "Serão visitas domiciliares de cortesia", disse o presidente da central sindical, Jair Meneguelli.

Essas visitas fazem parte de um esquema de pressão definido ontem em São Paulo, em reunião dos dirigentes da CUT, que também aprovaram o lançamento de cartazes em todo país, com as fotos dos autores das emendas supressivas. Os cartazes destacarão o slogan *Eles querem suprimir as conquistas sociais. Vamos suprimir os seus futuros mandatos*. A CUT também pretende promover, quarta-feira próxima, passeatas e atos públicos, e sugerirá às categorias profissionais que organizem paralisações simbólicas no trabalho.

"Essas paralisações podem durar 10 minutos ou até uma hora, dependendo de cada empresa, e servirão para mostrar aos constituintes que os trabalhadores estão atentos à votação do segundo turno" afirmou Meneguelli. Ontem, 100 mil panfletos da CUT foram distribuídos em fábricas do ABC Paulista. À semelhança do cartão da Loteria Esportiva, a *Coluna do trabalhador* enumera as conquistas do empregado, enquanto a *Coluna do patrão* indica a posição patronal. A idéia é espalhar os panfletos por todo o estado de São Paulo, informou o presidente da CUT paulista Jorge Coelho.

Na quarta-feira, o mesmo dia das paralisações simbólicas, a entidade promoverá em Brasília uma reunião plenária, para a qual foram convidadas a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e a Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura).



Meneguelli: cortesia

ra). De acordo com a CUT, os direitos conquistados no primeiro turno (que ela considera mínimo), incluem o direito de greve, jornada de seis horas para turnos de revezamento, licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade, imprescritibilidade dos direitos trabalhistas aos cinco anos, direito de sindicalização para funcionários públicos, proteção ao emprego, mantendo-se a indenização, e aposentadoria dos trabalhadores rurais.

A CUT também é contra a "manutenção do atrelamento sindical, através do imposto sindical compulsório; a unidade sindical definida em lei; a proibição da desapropriação de latifúndios considerados produtivos; o repasse de verbas públicas para entidades privadas nas áreas de saúde e educação; e o prazo de dois anos para aplicação das decisões sobre a Previdência Social".

Governo não apura custo de mudanças

BRASÍLIA — O governo não tem como saber quanto vão custar para os cofres públicos as disposições votadas pela Constituinte, segundo o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, encarregado pelo presidente Sarney de fazer esse levantamento. "Há muita coisa que não dá para avaliar, e muitos dispositivos que serão regulamentados por lei ordinária", disse o ministro.

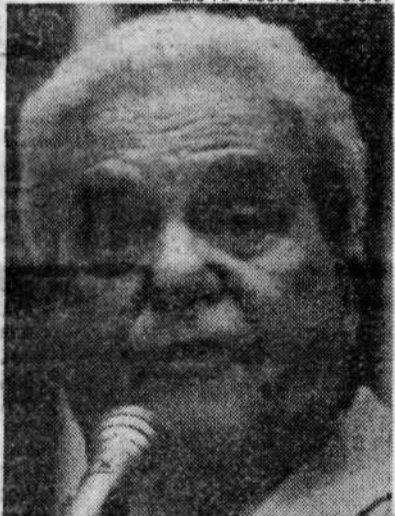
Os gastos de seguridade são bem maiores que os calculados pelo Ministério da Previdência, "porque eles não levaram em conta que as fontes de recursos para essa área foram tiradas de outros setores do governo, como o Finsocial", disse Abreu, que se limitou, em seu relatório, a listar os pontos aprovados pela Constituinte que podem representar custo adicional. "Não temos como ter um número para avaliar esses custos", revelou.

João Batista de Abreu ainda não concluiu a avaliação total dos dispositivos da nova Constituição. Seus técnicos ainda não sabem, por exemplo, quanto vai custar a criação do estado de Tocantins e a transformação dos territórios em estados. Apenas algumas medidas, como a anistia aos débitos bancários de agricultores e micro e pequenos empresários e o perdão das multas para os devedores do Imposto de Renda foram quantificadas, e ficam em torno de Cz\$ 1 trilhão e 100 bilhões — já acima dos Cz\$ 1 trilhão estimados inicialmente.

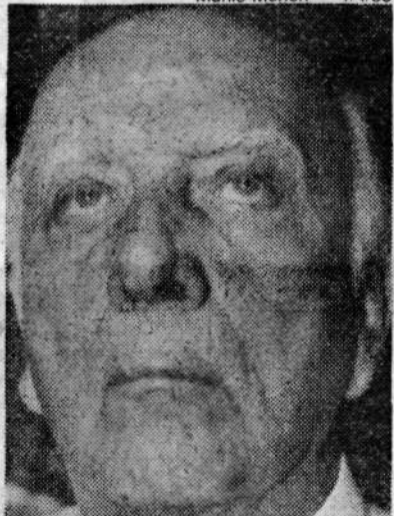
O documento do Ministério do Planejamento, que, segundo Abreu, deverá sofrer complementação até o início da próxima semana, foi entregue a Sarney pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, na Base Aérea de Brasília, quando o presidente voltou de Juazeiro (CE), no começo da noite.

Bate-boca na Constituinte

Luis A. Ribeiro — 18/6/87



Murilo Menon — 1/4/88



Acusação de Amaral Netto

"Vou dizer a verdade do meu modo. Essa Constituição é xenófoba. Essa licença paternidade é uma palhaçada. A licença é para o marido e não o pai. Nem sempre se sabe se o marido é também o pai. Foi uma traição a negação do plebiscito sobre a pena de morte. O voto aos 16 anos é crime. Já disse isso tudo da tribuna quando do encerramento da votação do primeiro turno. Sempre fui contra a convocação dessa Constituinte, que é outra palhaçada. O presidente Sarney não tinha autoridade para isso, e nem o Congresso, pois os poderes funcionavam normalmente. Caberia ao povo dizer, num plebiscito, se queria a Constituinte. Quando disse isso, a esquerda me aplaudiu. Essa Constituinte vai levar o país à falência e quebrar a Previdência Social, embora o ministro Renato Archer diga o contrário. Ela aumenta direitos e não os deveres."

Defesa de Ulysses Guimarães

"Eu entendo que o líder Amaral Netto foi extremamente injusto, inclusive pela paixão que marca suas ações. Sou testemunha de que ele sempre deu sua ajuda à elaboração constitucional, embora, em certas ocasiões, mostrasse com veemência as suas discordâncias. A nação precisa de uma Constituição, porque a que aí está não merece este nome. Sua convocação foi uma exigência de toda a nação. Atribuo ao mau humor as declarações feitas pelo meu amigo Amaral Netto".

Defesa de Bernardo Cabral

"A falta de densidade na argumentação do ilustre constituinte Amaral Netto inviabiliza o merecimento de qualquer resposta. Até parece construção de quem não se chama Amaral Netto. É tão inconveniente que nem merece resposta"

Luiz Eduardo diz que Carta tem de mudar

SALVADOR — Mesmo reconhecendo que com o quórum estipulado em torno de 360 a 380 constituintes será difícil modificar qualquer coisa no segundo turno de votação, o deputado Luís Eduardo Magalhães, um dos articuladores da bancada do PFL, defendeu a necessidade de se aprovar mudanças do texto da Constituição, para que ela contribua para a modernização do país.

Nos moldes em que foi aprovado na primeira votação, Luís Eduardo acha que o texto constitucional está voltado para década de 50, ao contrário do que pensa o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para quem esse é o texto mais moderno e avançado de todas as Constituições já promulgadas no país.

Para Luís Eduardo Magalhães, os empresários trabalharam muito mal em relação à Constituinte, quando não alertaram a sociedade para as consequências de algumas propostas aprovadas no primeiro turno. Segundo o parlamentar do PFL, "o texto aprovado no primeiro turno é um desastre, na medida em que é exatamente nacionalista, é xenófobo e tenta afastar o Brasil da comunidade financeira internacional. Isso não é positivo para um país que não tem poupança, para um país que precisa de investimento para se desenvolver".

Luís Eduardo acha que o governo não pode ser acusado de estar tentando interferir na Constituinte ao tentar esclarecer a sociedade sobre os malefícios que poderão advir para o país com a aprovação definitiva de alguns itens. "Essa ação de esclarecimento já deveria ter sido iniciada pelo governo há muito mais tempo", disse. "Isso não é interferir, é mostrar a realidade".